

HABEAS CORPUS Nº 549.357 - SP (2019/0360250-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO PEREIRA LEITE - SP349333
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON SOARES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Anderson Soares dos Santos** contra o acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo no Agravo em Execução Penal n. 0013163-08.2019.8.26.0996.

Alega-se, em suma, a *inidoneidade da fundamentação* da decisão que indeferiu o benefício do livramento condicional ao paciente.

Menciona-se que o magistrado *a quo* indeferiu o pedido ao fundamento de *falta de requisito subjetivo, calcado na suposta necessidade de vivenciar o regime intermediário antes de obter benesse mais ampla* (fl. 4).

Defende-se a desnecessidade de prévia progressão de regime para a concessão do benefício (fls. 5/7), destacando-se, ainda, o mérito do apenado, que já cumpriu o lapso necessário para a concessão do livramento condicional, possuindo bom comportamento carcerário (fl. 7).

Requer-se a concessão da medida liminar para a imediata concessão do pedido de livramento condicional em favor do paciente (fl. 9).

É o relatório.

Da análise dos autos, verifico a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado, o que autoriza a concessão da ordem *in limine*.

Infere-se dos autos que o juízo *a quo*, ao indeferir o pedido da parte, consignou que, apesar de o requerente preencher o requisito objetivo, *visto que já cumpriu parcela*

superior a um sexto (1/6) da pena no regime fechado, possuindo atualmente bom comportamento carcerário e ter o exame criminológico (relatório psicossocial) realizado por determinação do Juízo aclarado a viabilidade da progressão (...), deve o sentenciado passar primeiramente pelo regime intermediário, como prova de que irá absorver a terapia penal, para, posteriormente, fazer jus a imediato livramento (fl. 64), conclusão mantida pelo Tribunal local, mediante a seguinte fundamentação (fls. 82/83 - grifo nosso):

[...] De fato, justa a r. decisão de primeira instância, pois, em relação à concessão do livramento condicional, o benefício não deve ser deferido.

Com efeito, nos termos do art. 112, *caput*, da Lei de Execução Penal, “a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos gravoso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 1/6 (um sexto) da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão”.

No mesmo sentido dispõe o art. 33, § 2º, do Código Penal, ao determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade deve ocorrer de forma progressiva.

Na hipótese em que fossem ignorados tais dispositivos legais, estar-se-ia violando o próprio objetivo do instituto da progressão de regime, que consiste na reabilitação gradual do reeducando, de modo a permitir sua reinserção ao convívio social.

Ressalte-se que o item 120 da Exposição de Motivos da Lei de Execução Penal prevê que “se o condenado estiver no regime fechado não poderá ser transferido diretamente para o regime aberto.

Esta progressão depende do cumprimento mínimo de um sexto da pena no regime semiaberto, além da demonstração do mérito, compreendido tal vocábulo como aptidão, capacidade e merecimento, demonstrados no curso da execução”.

Considerando, portanto, que o livramento condicional assemelha-se ao regime aberto, pela forma e condições em que é cumprido, **não é recomendável seja o agravante beneficiado com tal instituto diretamente do regime fechado, sem que passe pelo regime intermediário.** [...]

Ora, é firme nesta Corte a orientação de que *não há obrigatoriedade de o sentenciado vivenciar primeiramente o regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, em razão da inexistência de tal previsão no art. 83 do Código Penal* (HC n. 482.168/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 19/2/2019).

Nesse sentido, por exemplo, o HC n. 465.559/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 7/11/2018; e o HC n. 468.579/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca,

Superior Tribunal de Justiça

Quinta Turma, DJe 31/10/2018.

É o caso, pois, de se reavaliar o pleito deduzido à luz dos requisitos estritamente legais.

À vista do exposto, **concedo liminarmente** a ordem para, afastando o óbice apontado na decisão de primeiro grau, determinar ao Juízo da Execução que reaprecie o pedido de livramento condicional formulado em nome de **Anderson Soares dos Santos**.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator